



Audição Pública *Técnicos nas Escolas*

Defendemos a valorização e a dignidade da profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, e, sobretudo, a salvaguarda dos direitos, humanos e constitucionais, das crianças, jovens e adultos Surdos, no acesso ao conhecimento, informação e comunicação, através da língua que melhor o permite: a Língua Gestual Portuguesa. Os pontos apresentados de seguida são resultado da auscultação realizada aos sócios da *Associação Nacional e Profissional da Interpretação - Língua Gestual*, com conhecimento da realidade do que se passa nas escolas.

Concursos:

- Contratação como Técnicos Especializados, com referência a necessidades transitórias, quando se trata de necessidades permanentes;
- Critérios não normalizados, injustos e subjetivos, não tendo em conta a experiência e o perfil adequado;
- Quem conduz as entrevistas, maioritariamente, não entende sobre as funções e o perfil do ILGP (são apenas pessoas ouvintes; diretores de escola, professores de educação especial, e outros);
- Os critérios díspares dos portfólios;
- Intérpretes com tempo de serviço no Ministério da Segurança Social, na Casa Pia de Lisboa, I.P., têm menor pontuação nos concursos do Ministério da Educação;
- Tardios - crianças e jovens sem intérpretes, sem comunicação;
- Não completam toda a carga horária necessária - existem alunos que em certas aulas não têm Intérpretes (por exemplo, as disciplinas consideradas de natureza prática);
- Escolas com alunos surdos fora da rede das EREBAS - *Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos* sem Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.



Período de contratação:

- Anualmente, apenas entre 10 a 11 meses (no máximo);
- Contratação tardia – consequências: conteúdos programáticos que os alunos surdos não acedem em Língua Gestual Portuguesa, nem existe posteriormente uma revisão das aprendizagens por parte dos docentes, assim no final do primeiro período os estudantes não têm a avaliação correspondente às suas competências.

Condições de trabalho:

- Carga horária excessiva, de interpretação ativa (sem período de preparação linguística dos conteúdos a interpretar);
- Intervenção/interpretação em vários contextos do currículo dos alunos surdos (vários ciclos e disciplinas, com alunos com níveis diferentes de proficiência linguística na mesma turma);
- Sem carreira, falta de regulamentação da lei 89/99 de 5 de julho;
- Sem estabilidade;
- Falta de materiais para preparação, não acesso aos livros das disciplinas, como os professores têm, nomeadamente através de códigos fornecidos pelas editoras.

Avaliação de desempenho:

- Normas do SIADAP-2;
- Avaliação por pessoas que desconhecem a função de Intérprete, e não dominam a Língua Gestual Portuguesa.

Desconhecimento da função/papel do Intérprete por parte da comunidade educativa.



Associação Nacional e Profissional da Interpretação – Língua Gestual (ANAPI-LG)

Desconfiança relativamente ao trabalho do Intérprete (favorecimento ou indução de respostas em situação de interpretação/tradução).

Número insuficiente de Intérpretes face ao número de alunos e de turmas.

Estas questões da falta de valorização e de dignidade dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa são indissociáveis do reconhecimento necessário da Língua Gestual Portuguesa, quer constitucional, quer social.

A Direção da ANAPI-LG.



Associação Nacional e Profissional da Interpretação – Língua Gestual (ANAPI-LG)

Contactos: anapilg.dir@gmail.com; 917 770 274